

GRUPO DE TRABALHO

MULHER E DIVERSIDADE

Arquidiocese de São Paulo

01/08/2017

Boletim informativo nº 6

EDITORIAL – MULHERES E TRÁFICO DE DROGAS

A relação das mulheres com o tráfico de drogas tem hoje um panorama diferente do que era visto no passado: de ser a companheira, mãe, irmã ou filha do homem que era enquadrado no perfil de traficante. Atualmente, as mulheres tem ligação direta com a prisão em razão do tráfico de drogas: 68% das mulheres que estão no sistema carcerário estão sendo julgadas ou foram condenadas por este delito (Infopen Mulheres 2015).

A reflexão que devemos fazer é: Por que mulheres estão encarceradas pelo crime de tráfico?

A mulher quando constitui uma família monoparental, o que é muito frequente nesses casos, é total responsável pelo sustento dos seus filhos, muitas vezes em idade escolar e em fase de desenvolvimento, ou seja, além de ser responsável pelo sustento financeiro, a mulher se torna a única a amparar afetivamente seus filhos.

Sabe-se que há um preconceito velado contra mulheres com filhos em adentrar ou voltar ao mercado de trabalho, muitas vezes a solução que essas mulheres encontram é fazer parte do tráfico de drogas.

É difícil conseguir traçar um perfil da mulher encarcerada, porém a condição social de vulnerabilidade dessas mulheres leva a crer que o envolvimento com o tráfico se torna alternativa para o sustento familiar. São mulheres que assumem uma família inteira diante de homens ausentes.

Ainda, há um ponto a ser tratado que é a seletividade penal que diferencia o crime de tráfico pela sua condição social, sua etnia, seu gênero, sua raça. A pena aplicada à uma parcela da sociedade não é a mesma aplicada a parcela mais abastada, que muitas vezes sequer passa por qualquer julgamento. O que resulta uma massificação de mulheres jovens, com baixa escolaridade, não brancas e mães, enquadradas como traficantes quando a quantidade de drogas encontradas com elas (isso se encontrada) é mínima, mas mesmo assim são julgadas e encarceradas, resultando em um rompimento com a família e muitas vezes, trazendo aquele núcleo familiar para uma vulnerabilidade social maior.

Conclui-se que o sistema penal, o tráfico de drogas e as mulheres estão intimamente ligados, e são resultados dessa seletividade do Judiciário e da vulnerabilidade social que as mulheres se encontram.

RELATÓRIO “MULHERES SEM PRISÃO”

O relatório #MulherSemPrisao foi produzido durante os dois últimos anos e lançado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC com análises sobre o sistema prisional e seus mecanismos sob uma perspectiva de gênero. De acordo com a publicação do ITTC “o objetivo do estudo é fomentar a reflexão sobre como funcionam os mecanismos do sistema de justiça e as questões estruturais da prisão, como saúde, violência institucional, violência de gênero, trabalho e educação” e discutir as consequências do aprisionamento para mulheres e suas famílias.

Acesse o relatório no site: <http://ittc.org.br/mulheresemprisao/>



PASTORAL CARCERÁRIA

“Estive preso e vieste me visitar”

30 DIAS POR RAFAEL BRAGA

A campanha "30 dias por Rafael Braga" trouxe, a partir desse caso simbólico, espaço para debate sobre seletividade penal, política de drogas, punitivismo e encarceramento em massa no Brasil.

Como parte da campanha foi realizada no dia 25 de junho, na Casa 1 (espaço de acolhimento para pessoas LGBT), a roda de conversa “Sistema Penitenciário e População LGBT”. Anna Martins e Márcio Zamboni, integrantes do GT Mulher e Diversidade da PCr, participaram do evento ao lado das militantes Carolina Gerassi, Verônica Bolina e do ator e dramaturgo Leo Moreira Sá.

Nas falas e intervenções de quem esteve no evento foram trazidas vivências e impressões sobre a realidade prisional para pessoas LGBT, marcadas sempre por vulnerabilidade e exclusão. Debateu-se também o horizonte de um mundo sem cárceres, com a necessidade da efetivação de ações e propostas para o desencarceramento.

Discutir o desencarceramento, inclusive, nos faz pensar em propostas para combater as diversas formas de violência contra pessoas LGBT. A discriminação que ocorre fora das unidades prisionais é reforçada dentro da prisão e assim maiores são as demandas de manutenção de laços afetivos e familiares, uso do nome social, oportunidade de trabalho e de reconhecimento de identidades sexuais e de gênero.

Após o debate, o evento seguiu com o Sarau Manas e Monas, com o objetivo de dar visibilidade para o trabalho artístico de pessoas LGBTs.

ENVELHECIMENTO E ADOECIMENTO NO CÁRCERE

No dia 9 de maio ocorreu o Ciclo de Debates #MulhereSemPrisao na Livraria Tapera Taperá. O evento, organizado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), teve a presença de Geralda Ávila, do GT Mulher e Diversidade da Pastoral Carcerária para, com outras convidadas, trazer experiências das visitas que faz em unidades femininas e debater sobre questões de envelhecimento e adoecimento/dificuldades de mobilidade no cárcere.

As mulheres idosas formam um grupo relativamente pequeno no cárcere e trazem demandas diversas para além daquelas que são, provavelmente, de todas as mulheres presas. A prisão, como espaço de sofrimento e privações, não só da liberdade, mas também do acesso à saúde, direito de defesa, trabalho, assistência social, faz com que o processo de envelhecimento pareça estar acelerado. As condições estruturais e o enfrentamento da realidade vivida atrás das grades, associadas à ruptura de vínculos e possivelmente desestabilização/distanciamento familiar, trazem implicações para o corpo das mulheres e evidenciam a proximidade do fim da vida a partir de doenças propriamente ditas ou de condições psíquicas diversas.

Pensar o envelhecimento fora da prisão mostra a necessidade de ressignificar conceitos a partir da vivência real ou imaginária da solidão, identidades, alterações físicas, cognitivas e estéticas, sexuais, improdutividade e autonomia. Dentro da prisão esses fatores potencializam-se.

As possibilidades de trabalho, também escassos, são pouco dignificantes e costumam ter retorno financeiro baixo ou nulo a partir de resultados de produção, para além do estresse que envolve a necessidade de “dar conta” da atividade, existem inúmeras complicações possíveis: problemas vasculares associados à postura, respiratórios quando exposição a agentes irritantes, artrose ou lesões/dor por movimentos repetitivos. As celas, muitas vezes, também não garantem privacidade ou condições de habitação (mesmo em unidades em que eventualmente existam celas especiais destinadas àquelas com dificuldades de locomoção, cuidados mínimos ou transtornos mentais), algumas camas são altas, há escadas para acesso aos ambientes dos pavilhões, o espaço é frio, os chuveiros e a disponibilidade de água quente reduzidas. A alimentação nutricionalmente deficiente.

Durante a sobrevivência no cumprimento da pena não é raro o adoecimento dessas mulheres, necessidade de uso de medicamentos contínuos, e trocas de favores entre companheiras para cuidar e serem cuidadas.